
Capítulo 28

Memória e acontecimento jornalístico: o caso Malhães

Valéria de Castro Fonseca^{*}
Célia Ladeira Mota^{**}

1. INTRODUÇÃO.

Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa, para obtenção do grau de mestre, que tem como objeto a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada pela presidente Dilma Rousseff em 16 de maio de 2012, em vigor até dezembro de 2014, com a missão de investigar e narrar graves violações aos direitos humanos ocorridos entre 1946 e 1988. O foco de pesquisa recai sobre a CNV como acontecimento jornalístico, seus significados e desencadeamentos. Para tanto, cabe perguntar: como as notícias sobre os trabalhos da CNV revelam o esquecimento e/ou a memória dos tempos do governo militar no Brasil? Qual o agendamento dos meios de comunicação relativo à Comissão da Verdade e seus trabalhos?

Para este artigo foram selecionadas as seguintes matérias: *O último segredo do doutor Pablo*, de Loyola (2014), *A confissão do coronel*, de Rodrigues (2014) e *Os generais eram leões hoje são ratos*, de Aquino (2014). Por meio da análise crítica da narrativa, desenvolvida pelo professor Luiz Gonzaga Motta, este trabalho utiliza métodos e procedimentos que procuram orientar-se pelo acontecimento jornalístico como uma reformulação discursiva, pela reconstrução das personagens jornalísticas, identificação da estratégia narrativa e sua análise e revelação das metanarrativas (Motta, 2005).

* Periodista e investigadora. Brasil.

** Investigadora en el Programa de Posgrado de la Facultad Comunicación de la Universidad de Brasilia (UNB), Brasil.

As matérias selecionadas apresentam diferentes episódios dos anos de chumbo no Brasil como acontecimento social que reverbera até hoje, após longos anos de ditadura, o que nos faz lembrar que “é mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa do esquecimento tanto quanto da rememoração”. (Ricoeur, 2007: 98). Aqui, devemos ressaltar a temporalidade da narrativa enquanto acontecimento jornalístico, uma vez que ao desorganizar o presente, o acontecimento estende o tempo para trás e para frente, ligando-se ao passado e a futuros possíveis; da mesma forma o local do acontecimento produz o efeito de real essencial ao jornalismo. A memória é do passado (tempo), vincula-se a lugares (espaço) e permite integrar a sociedade através de mediações simbólicas e retóricas da ação (Ricoeur, 2007), que reverberam no acontecimento. O enquadramento da matéria selecionada salienta a capacidade que tem o discurso jornalístico de fazer narrativa pela memória, pela confrontação de testemunhos como fontes de processos históricos, pela reanimação do passado e atualização de seu conteúdo na construção de sentido, não só individual, como também coletivo, da realidade. Dessa forma, os enquadramentos do acontecimento jornalístico nos episódios analisados refletem esta *organização da memória do testemunho* na construção das realidades sociais.

2. ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO.

No que diz respeito à notícia, o acontecimento jornalístico constitui a narrativa do fato, fato discursivo, que envolve sujeitos enunciadore, reconfigura práticas sociais e constrói realidades, relata o que deve e o que não deve ser noticiado, num jogo incessante de disputa de sentidos. O acontecimento é transição, muito mais que simples ocorrência, uma vez que percorre o passado pelo fato acontecido, liga o ocorrido ao presente, e reconhece futuros possíveis, interferindo dessa forma no vir a ser, na reconfiguração dos efeitos de sentidos e de real.

O acontecimento, na forma de relato jornalístico, abarca critérios de noticiabilidade, hierarquização de fatos, processos produtivos, agendamento e enquadramento que dão forma ao noticiário e que vai participar na construção de realidades sociais e de memória coletiva em pelo menos três níveis, no registro mental, nos arquivos e na pauta pública de determinados acontecimentos. Para Vera França (2012: 9), “o acontecimento, como momento de ruptura e de reorganização, é ordenado através de narrativas, convoca e constitui públicos específicos, descortina campos problemáticos e reorganiza a intervenção de sujeitos sociais”.

Como uma construção discursiva, o acontecimento faz surgir novos sentidos ao desencadear ideias e ações; da mesma forma, enquadra o olhar sobre a linguagem, promove outro entendimento do objeto pesquisado, mostra alternativas antes improváveis uma vez que estavam esquecidas, e aponta para novos horizontes, possíveis realidades. Barthes nos ajuda a entender a tessitura do acontecimento jornalístico ao afirmar que “a narrativa se apresenta assim como uma série de elementos fortemente imbricados; [...] um jogo incessante de potenciais, cujas quedas variadas dão à narrativa seu tônus ou sua energia; cada unidade é percebida no seu afloramento e sua profundidade.” (Barthes, 2011: 60). O acontecimento como fato discursivo incorpora os indivíduos no mundo social, promove interação entre agentes sociais e abre portas para a construção de possíveis realidades. Da mesma forma, o acontecimento jornalístico propicia a integração entre discurso e narrativa pela expansão da linguagem, suas camadas, planos e recobrimentos. Vale lembrar Barthes (2011: 37), que considera o poema *Jamais um coup de dés*, de Mallarmé, “com seus ‘nós’ e seus ‘ventres’, suas ‘palavras-nós’ e suas ‘palavras-rendas’ como o brasão de toda narrativa – de toda linguagem.”

No jornalismo, a Comissão Nacional da Verdade como acontecimento constitui o fato narrado que envolve situações fora da normalidade como rupturas, conflitos e problemas, amiúde esquecidos, o que desencadeia uma nova pauta na praça pública e nas instituições.

Na análise do material empírico, encontramos o acontecimento social sempre a se embrenhar pelo texto, a penetrar nas camadas mais superficiais às mais profundas do discurso, a percorrer as instâncias no plano de expressão, história e fundo da narrativa, entrelaçando suas malhas e fios discursivos que, neste trabalho, revelam o fato narrado. Os episódios analisados e seus enquadramentos –que considero “esse corte instantâneo no devir do mundo” (Ricoeur, 2007: 446)–, nos apresenta inúmeros efeitos de sentido e efeitos de real, seja pela construção da memória seja pelo esquecimento, pelo dito e o não-dito.

Os acontecimentos jornalísticos não são fatos naturais, mas fatos sociais, construções coletivas. Cabe relembrar o conceito de atualidade utilizado por Martino (2009), que se expressa como uma dimensão virtual da notícia, que interliga e unifica as existências individuais. A noção de atualidade expressa uma dinâmica dos acontecimentos que ultrapassa um recorte temporal, cujo conceito constitui premissa fundamental para a análise de matérias sobre a Comissão Nacional da Verdade, visto que se trata de investigar e narrar fatos

ocorridos no passado, com repercussão no presente, e que produz desde já efeitos cognitivos.

Partindo da intenção de autonomia na área de comunicação a fim de gerar os próprios conhecimentos, vamos recorrer ao dado empírico que explica, quer dizer, o acontecimento jornalístico relativo àqueles fatos que se destacam e merecem ser noticiados. Ao longo deste trabalho, a escolha do caminho é pelo desdobramento dos acontecimentos como uma agenda de atributos, enquadramentos ou *frames*, o enfoque dado ao acontecimento, os silêncios, os ditos e não-ditos de um tempo que se estende para frente e para trás da notícia.

3. ANÁLISE DA NARRATIVA JORNALÍSTICA.

A metodologia utilizada neste estudo baseia-se nos livros *Narratologia* (Motta, 2005) e *Análise Crítica da Narrativa* (Motta, 2013), que tratam de métodos e procedimentos para análise da narrativa. Tais procedimentos não seguem um modelo fechado, mas procuram orientar-se pela reformulação discursiva (acontecimento jornalístico), reconstrução das personagens jornalísticas, identificação da estratégia narrativa e sua análise e revelação das metanarrativas. Segundo Motta, a narratologia nasce do esforço dos analistas em decompor as partes componentes das histórias narradas e gradualmente se transforma no ramo das ciências humanas que estuda os sistemas narrativos da sociedade, “procurando entender como os sujeitos sociais constroem os seus significados através da apreensão, da compreensão e da expressão narrativa da realidade. A produção cultural de sentidos é, portanto, um fator prévio que implica e engloba a narratologia.” (Motta, 2005: 13) Para ele, as narrativas são fundamentalmente fatos culturais (não apenas literários) e uma forma de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação.

É importante ressaltar que todos os tipos de personagens presentes na análise da narrativa se definem pelo que fazem, e não pelo que são como pessoas reais com características psicológicas, emocionais e intelectuais pertinentes a cada um. “O enunciador constrói as personagens de acordo com suas intenções comunicativas, e através da argumentação antes retórica que dialética remonta e reconstitui os atores sociais, mostrando e ocultando alguns traços em detrimento de outros. Forma-se então a malha discursiva e seus fios, que é indissociável das falas e ações das personagens na narrativa jornalística.” (Motta, 2012: 99).

Para Gonzaga Motta (2013), a análise crítica da narrativa evidencia a narrativa jornalística como história do presente, que dilata o presente cotidiano, adquirindo um sentido histórico (de passado), que expande a consciência histórica. O caminho é a busca do sentido, sendo que o texto da notícia é apenas o ponto de partida para a análise, para produzir significado. Pela análise da narrativa, há pelo menos três narradores na comunicação jornalística: o veículo, o jornalista, a personagem. E ainda, há três instâncias de análise operacional da narrativa: 1. plano de expressão (linguagem ou discurso); 2. plano da estória (ou conteúdo); 3. plano da metanarrativa (tema de fundo).

4. EPISÓDIOS ANALISADOS.

O objeto empírico de análise deste artigo são as matérias: *O último segredo do doutor Pablo*, de Loyola (2014), *A confissão do coronel*, de Rodrigues (2014), e *Os generais eram leões hoje são ratos*, de Aquino (2014). Os episódios em análise são divididos em seis malhas discursivas, que são unidades autônomas do relato, sequências discursivas que juntas proporcionam o sentido completo da narrativa jornalística.

4.1. Malha discursiva do Episódio 1.

[O coronel] Paulo Malhães, codinome Doutor Pablo, fez parte de uma equipe do Centro de Informações do Exército (CIE), que dizimou as organizações de esquerda armada atuantes nas décadas de 1960 e 1970. No último dia 24 [de abril de 2014], quatro homens invadiram seu sítio em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Usavam rádios e ficaram lá uma eternidade para um assalto – das 13 horas às 22 horas. Mataram Malhães e saíram com armas e objetos. De acordo com a polícia, o caseiro Rogério Pires, seus dois irmãos e um comparsa não identificado cometeram o crime. (Loyola, 2014).

Como acontecimento jornalístico, temos o fato narrado da morte do coronel Malhães, o fio nodal da trama, que irá convocar novos enquadramentos pela reformulação discursiva, remexer nos quadros de sentido e deixar surgirem novos episódios. A realidade factual expressa pela notícia abrange o Exército e as organizações de esquerda armada como fios entrelaçados integrando fenômenos históricos que compõem a trama; da mesma forma, a notícia abrange personagens como o caseiro e seus dois irmãos, um comparsa não identificado e a própria polícia conferindo à narrativa os efeitos de real tão imprescindíveis ao

relato jornalístico. Pela análise crítica da narrativa jornalística, “as personagens que as notícias relatam habitam a realidade da própria narrativa, assim como nas narrativas realistas da biografia e do documentário, que também representam sujeitos históricos” (Motta, 2013: 190). E ainda, que o indivíduo mesmo sendo real representa a função de personagem no plano da história, sendo uma *figura de papel* barthiana. Seguindo esse fio narrativo, temos o coronel Paulo Malhães, codinome doutor Pablo, como personagem principal, o eixo da intriga na notícia. A partir desta primeira malha discursiva é possível vislumbrar a guerra fria como um acontecimento sócio-político vivenciado pelo mundo nos anos 60-70, quando atos políticos de uns causaram inevitáveis reverberações nos domínios de outros. O entrelaçamento dos fios do presente e do passado, juntamente com o aqui e acolá dos acontecimentos sociais desencadeados por indivíduos, grupos e instituições irá tecer a história dos homens como uma grande narrativa. “Essas questões, com relação a nós, só podem recuperar sua urgência original se forem recontadas dentro da unidade de uma única e grande história coletiva; apenas se forem apreendidas como episódios vitais de uma única trama vasta e incompleta” (Jameson, 1992: 17).

4.2. Malha discursiva do Episódio 2.

No final de março (de 2014), aos 76 anos, Malhães contou um pouco do que sabia e do que fez como Pablo. De paletó bege, óculos escuros e com uma barba que o tornava parecido com Saddam Hussein, ele explicou sua metodologia de trabalho com calma, sem emoção, a sensíveis membros da Comissão Nacional da Verdade. “Naquela época, não existia DNA. Quando você vai se desfazer de um corpo, que partes podem determinar quem é a pessoa? Arcada dentária e digitais. Quebrava os dentes. As mãos (cortava) daqui para cima”, disse. (Loyola, 2014).

Nesta segunda malha discursiva temos a descrição física da personagem Paulo Malhães, codinome Pablo, e sua comparação à figura histórica do ditador Saddam Hussein, uma das principais lideranças ditatoriais e militares no mundo árabe, condenado pelo assassinato de 148 xiitas em 1982. Hussein, que era sunita, foi enforcado (se recusou a usar capuz) em novembro de 2006 por um governo interino iraquiano. A história do Iraque, como região da antiga Mesopotâmia, inclui os primeiros registros históricos escritos, como a Lei de Talião, cujo princípio *olho por olho dente por dente* era uma realidade legal. A comparação física entre Malhães e Hussein entrelaça os dois indivíduos de carne e osso na construção de Malhães como personagem principal do

acontecimento jornalístico, encarnando a persona ou *figura de papel* barthiana como representação de um correspondente na vida real.

No plano da história, os membros da Comissão Nacional da Verdade aparecem no texto como participantes de um processo comunicativo em construção, fazendo surgir no relato revelações do depoimento prestado por Malhães, por meio da relação entre sujeitos interlocutores envolvidos na ação comunicativa de ora revelar ora ocultar. No texto, o coronel Malhães faz ouvir sua voz por meio do discurso direto, trazendo à superfície da narrativa uma realidade reprimida e oculta da história recente do país no que concerne à prática da tortura e ao desaparecimento de corpos durante o regime militar: “Quebrava os dentes. As mãos (cortava) daqui pra cima.” Vemos aqui o desdobramento no fim de uma série de ações praticadas pelo Estado durante a ditadura militar -sequestro, tortura, morte, mutilação, ocultamento de corpos-, de acordo com o próprio depoimento de Malhães, o doutor Pablo.

O fio do discurso é mantido no relato jornalístico pela reformulação discursiva da personagem Malhães, cujo domínio de memória permite o retorno e o reagrupamento de acontecimentos no passado que ora se revelam pelo reconhecimento de ações e seus efeitos no presente. A recontextualização do fio do discurso de Malhães reagrupa, resignifica e reordena parte do contexto histórico da ditadura, com a intenção plausível de mais exprimir poder do que explicar, uma vez que, segundo (Courtine, 2006), “memória é poder”.

4.3. *Malha discursiva do Episódio 3.*

Especificamente sobre as torturas, de maneira geral, o coronel teceu sua gélida lógica: “A tortura não existe para o soldado. Se você me combater fardado, tem direito às leis da Convenção de Genebra, não posso te torturar. Mas se você combate misturado na população, não tem esse direito.” Segundo Malhães, os militares somente venceram o que chamou de guerra porque cooptaram muitos presos políticos, aos quais se refere como “infiltrados”. “O sujeito era preso e eu analisava o caráter e as fraquezas dele. Então, cantava ele para trabalhar para a gente. Isso tinha que ser feito em um espaço de tempo muito pequeno para o pessoal de fora não sentir falta dele. Aí, devolvia para a rua. Se ele cumprisse o primeiro contato comigo, que a gente chamava de ‘ponto’, a parada estava ganha. Graças aos infiltrados conseguimos destruir todas as organizações”. (Aquino, 2014).

No discurso direto de Malhães identificamos estratégias argumentativas que buscam produzir tanto efeitos de real como efeitos de sentido, quando ele menciona as leis da Convenção de Genebra para tentar convencer seus interlocutores sobre a legitimidade da tortura praticada durante a ditadura. Como estrategista, o coronel Malhães recorre, no plano da história, a constituições estratégicas de significados, sejam reais ou fictícios, num jogo de intenções que procura justificativas para seus atos pela dissimulação de sua retórica. Pela Convenção de Genebra, em seu artigo terceiro, temos que pessoas fora de combate por doenças ou detenção serão tratadas com humanidade. Para este efeito, a convenção determina a proibição de:

a) As ofensas contra a vida e a integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, mutilações, tratamentos cruéis, torturas e suplícios;

Ao mencionar a Convenção de Genebra, o sujeito-personagem Malhães utiliza uma estratégia textual que busca o convencimento pela astúcia enunciativa na interpretação e recomposição de significados jurídicos. Até então guardada a sete chaves, a memória antes recolhida sobre acontecimentos capitaneados pelo Estado nos anos de chumbo traz à superfície do fato narrado as “mutilações, tratamentos cruéis, torturas e suplícios” que, revividos no depoimento de doutor Pablo, irão recompor a memória política e social e refazer o retrato da ditadura.

A fala de Malhães a respeito dos ‘infiltrados’ funciona como um território ideológico da memória que corrobora a força do autoritarismo militar utilizado na repressão. No plano de expressão, o trecho “*cantava* ele pra trabalhar pra gente” revela em seu jogo de linguagem os métodos cruéis de convencimento de presos, passando de ‘sustos’ de morte, como encerramento em ambientes completamente escuros com cobras e outros bichos aterrorizantes, a torturas, como choques elétricos e espancamentos. Seu ato de fala revela a memória marcando território numa cartografia discursiva que, segundo Courtine (2006), constitui também uma geografia da verdade e da mentira, com seus ditos, não-ditos e interditos. A prática de cooptação de presos políticos utilizada pelo Estado ditatorial para desmantelar organizações clandestinas instala e fixa o lugar do mandante e do mandado, de quem dá ordens e de quem as obedece, de quem provê e de quem recebe “tratamentos cruéis, suplícios”.

4.4. Malha discursiva do Episódio 4.

Malhões participou de algumas das ações mais sombrias e secretas do regime militar. Foi um dos comandantes da casa de Petrópolis, um cárcere clandestino onde mais de 20 militantes de esquerda foram torturados e mortos, de que se sabe pouquíssimo. “Ele era um estrategista, um grande planejador”, diz o ex-sargento Marival Chaves, que serviu com Malhões no CIE e foi o primeiro militar a denunciar os colegas torturadores, em 1992. “Malhões estava em todas as operações de vulto”. (Loyola, 2014).

Estabelece-se a oposição entre personagens que habitam o plano da história nesta quarta malha discursiva: Malhões, os mais de 20 militantes de esquerda torturados e mortos, o ex-sargento Marival Chaves como o primeiro a denunciar em 1992 os colegas torturadores, os quais também entram como personagens-figurantes e funcionam como fios de espera de uma possível narrativa subsequente. O CIE, Centro de Informação do Exército, constitui um fio nodal do relato como instituição do Estado com poderes de atuar ativamente no ‘cárcere clandestino’. Da mesma forma, a casa de Petrópolis atua como personagem principal deste quarto episódio, visto que representa a *tortura* enquanto ação praticada pelo regime ditatorial militar, sendo que essas ações de tortura funcionam como elementos-chave de conflito entre sujeitos, o ponto nevrálgico do acontecimento.

Além da Casa da Morte, ou Codão, ou casa de conveniência, três expressões que se referem à mesma Casa de Petrópolis, sabe-se ainda da existência de quase duas dezenas de outros redutos clandestinos de tortura distribuídos por casas, sítios e chácaras particulares, espalhados por 12 Estados brasileiros, entre eles a casa em São Conrado (RJ), a “Boate” ou casa de Itapevi (zona sul de SP), o Sítio 31 de Março (SP), a Casa Azul de Marabá, utilizada na repressão à guerrilha do Araguaia, a Casa do Renascença (BH), locais onde dormitam outros fios de espera que aguardam para serem incorporados a acontecimentos correlatos.

A Casa de Petrópolis, na Rua Arthur Barbosa 668 no bairro de Caxambu, teria sido um trabalho específico de Malhões como agente do Centro de Informações do Exército (CIE). Ele afirmou em entrevista para *O Globo digital* (2014a) que o imóvel, emprestado à repressão pelo então proprietário, Mario Ladders, não era o único aparelho com esse propósito: “Tinha outras. Eu organizei o lugar. Quem eram as sentinelas, a rotina e quando se dava festa para disfarçar, por exemplo. Tinha que dar vida a essa casa. Eu era um fazendeiro

que vinha para Petrópolis de vez em quando”. Sobre os presos políticos, ou RX, como eram chamados por seus alagozes, Malhães relata ao *O Globo*: “Para virar alguém, tinha que destruir convicções sobre comunismo. Em geral no papo, quase todos os meus viraram. Claro que a gente dava sustos, e o susto era sempre a morte. A casa de Petrópolis era para isso. Uma casa de conveniência, como a gente chamava.” Ao afirmar que “Malhães estava em todas as operações de vulto”, o ex-sargento Chaves traz as ações estratégicas de Malhães à superfície do fato narrado, exercendo dessa forma uma ação de oposição no relato. Vale ressaltar que “personagem é quem protagoniza a ação, gera conflitos, conduz a intriga, personifica as contraditórias dualidades herói-vilão.” (Motta, 2013: 175). O termo ‘operações de vulto’ funciona, no plano da expressão, como um recurso de linguagem que vai produzir efeitos de sentido no enunciado, conferindo poder a Malhães enquanto sujeito dessas ‘operações’.

4.5. Malha discursiva do Episódio 5.

Às vésperas dos 50 anos do golpe militar de 1964, o coronel reformado do Exército Paulo Malhães revelou ao jornal “O Dia” que ele foi um dos chefes da operação militar montada pelo Ministério do Exército em 1973 para desaparecer com o corpo do deputado federal Rubens Paiva, assassinado nos porões do DOI-Codi-Rio em 1971. O militar afirma na entrevista que as atrocidades cometidas por ele e por seus pares foram feitas com o conhecimento prévio dos generais do regime. Eleito parlamentar pelo PTB em 1963 e cassado dez dias após o golpe, Paiva – agora sabe-se – foi enterrado duas vezes, uma no Alto da Boa Vista, zona norte da capital carioca, e posteriormente nas areias da praia do Recreio dos Bandeirantes, zona oeste da cidade. “Recebi a missão para resolver o problema, que não seria enterrar de novo. Procuramos até que se achou (o corpo). Levou algum tempo. Foi um sufoco para achar. Aí seguiu o destino normal”, disse Malhães ao jornal. “Normal” era o mar como cemitério. A confissão do militar vem à tona 43 anos após o assassinato de Paiva e quatro dias depois de o jornal “O Globo” revelar que a ordem de dar um fim definitivo à ossada do parlamentar partiu, em 1973, do gabinete do ministro do Exército Orlando Geisel, irmão do ex-presidente da República, o general Ernesto Geisel. (Rodrigues, 2014).

A narrativa jornalística como uma organização textual da notícia traz nesta quinta malha discursiva relatos de acontecimentos no passado que revelam novas personagens e conflitos, os fios de referência do fato narrado. O enquadramento da notícia evidencia o entrelaçamento de personagens,

interligando o coronel Malhães, o Ministério de Exército, o deputado federal Rubens Paiva, o DOI-CODI-Rio e os generais do regime militar como sujeitos do acontecimento. A versão oficial de que teria sido resgatado por companheiros enquanto era transportado por agentes do DOI no Alto da Boa Vista é tida como uma mentira do Exército pelo general de reserva Raymundo Ronaldo Campos, que revelou que “o Exército montou uma farsa ao sustentar, na época, que Paiva teria sido resgatado por seus companheiros “terroristas” ao ser transportado por agentes do DOI no Alto da Boa Vista”. (O Globo Digital, 2014b).

Segundo Motta (2013), o relato jornalístico abarca os planos de expressão e da história junto com o plano de fundo para formar as três instâncias da narrativa. No plano de expressão, os termos *revelar, operação militar, desaparecer, corpo, assassinado, porões, atrocidades, conhecimento prévio e generais*, nas duas primeiras orações, apresentam sujeitos reais em lugares reais e em tempo real e determinado que tecem os efeitos de realidade na narrativa, conferindo veracidade ao relato.

No plano da história, que tem presença firme e constante no acontecimento jornalístico, as personagens e suas ações revelam o mundo fático da narrativa, com sujeitos praticando ações em datas e lugares determinados e reais que vão compor o relato num jogo de sentidos em permanente construção. Jameson nos faz lembrar que “pode-se acrescentar a isso a condição de que a História, a não ser sob a forma textual, nos é acessível, ou seja, que só pode ser abordada por meio de uma (re)textualização anterior.” (Jameson, 1992: 75). O jornalismo ocupa território de frente no processo de negociação da construção da memória coletiva, onde atores sociais como o vice-presidente da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, senador João Capiberibe (PSB-AP) marca seu lugar: "Malhães foi o primeiro dos mais importantes torturadores que expôs as mazelas da ditadura e, inclusive, falou sobre o comando, mostrando que as ordens para desaparecer com os corpos vinham diretamente do Palácio do Planalto" (Istoé, 2014). As orações seguintes trazem a confissão de Malhães sobre o desaparecimento final da ossada de Rubens Paiva: “Subi ao 23º andar e dei a notícia pessoalmente ao general Coelho Neto, subchefe do CIE. Podiam escavar e dragar o país inteiro que não iriam achá-lo” (O Globo Digital, 2014c). A operação envolvia uma equipe de subalternos comandada por ele, “doutor Pablo”, mas cujas ordens vieram do “gabinete do ministro”, que em 1973 era Orlando Geisel, irmão do ex-presidente da República Ernesto Geisel, que cumpriu mandato de 1974 a 1979. Sobre a cadeia de comando, Malhães afirma em depoimento à Comissão Estadual da Verdade-RJ que “Ele (o ministro) era sempre informado. Estava sabendo. Relatórios eram feitos e entregues ao chefe da seção com os EEI,

Elementos Essenciais de Informações. Então, através desses EEI, eles sabiam tudo.” (O Globo Digital, 2014d). Novos fios são puxados para a superfície do acontecimento jornalístico, com novos atores desempenhando funções reveladoras na narrativa, ancorada por fatos reais que ocorreram em tempo e lugar determinados e notoriamente conhecidos. Depois de conceder, dias antes, entrevistas aos jornais *O Dia* e *O Globo*, e à Comissão Estadual da Verdade no Rio, contando com detalhes sobre a casa de Petrópolis, torturas, mortes e mutilações de presos políticos, como deu fim aos restos mortais de Rubens Paiva, sobre a cadeia de comando, Malhães prestou depoimento de mais de duas horas no dia 25 de março à Comissão Nacional da Verdade, na sede do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Neste depoimento, Malhães confirma que torturou, matou, mutilou e sumiu com corpos de presos políticos: “Morreram tantos quanto foram necessários”, ou: “Eu cumpri o meu dever. Não me arrependo”, no entanto, ele desdisse as revelações que fez sobre Rubens Paiva: “Eu só disse que fui eu porque eu acho uma história muito triste quando a família passa 38 anos querendo saber o paradeiro. Eu não sou sentimental, não. Mas tenho as minhas crises” (BBC, 2014).

Como acontecimento notável, as circunstâncias da morte de Rubens Paiva são anunciadas em fevereiro de 2013 por Claudio Fonteles, integrante da CNV: “A prova documental é muito forte. Ela vem do próprio sistema ditatorial militar com a tarja de secreto”. Encontrados na casa do coronel gaúcho Júlio Molinas, que foi chefe do DOI-CODI carioca até início dos anos 80, e assassinado em 2012, os documentos a que se refere Fonteles comprovam que o deputado foi levado de sua casa por uma equipe do Centro de Inteligência da Aeronáutica (Cisa) em 20 de janeiro de 1971, e entregue ao DOI-CODI-Rio, que era comandado entre outubro de 1970 e junho de 1971 pelo então major e hoje general da reserva José Antônio Nogueira Belham. O complexo episódio envolvendo inúmeros atores sociais projeta pelo fato narrado um mundo subjacente da tortura, dos tratamentos cruéis e da morte, um mundo em que a banalidade do mal exerce sua força, atuante em diferentes espaços-tempo. O compromisso da personagem-sujeito Malhães continua vinculado ao seu modo de ser, conectado com os ideais de hierarquia, bravura, defesa de um sistema militar que não tolera ideias contrárias à sua forma, que nas sociedades democráticas são consideradas autoritárias, despóticas, tiranas.

4.6. *Malha discursiva do Episódio 6.*

“Eu nunca podia pensar que o próprio Exército ia entregar o comando do País de volta (aos civis). Podia entregar para um sucessor tranquilo, como

o (Paulo) Maluf, que era o nosso candidato. Mas quando entregaram à oposição (Tancredo Neves) e desfizeram o sistema de informações, me senti mais ou menos traído”, Malhães disse em entrevista exclusiva à ISTOÉ. Na avaliação do coronel, os generais que se faziam de “brabos” nos anos de chumbo se revelaram uns “frouxos”, depois. “Antigamente, os generais eram leões, de tão machos e tão violentos...Hoje os vejo como ratos no buraco”. (Aquino, 2014).

Vale lembrar que a divisão de análise do texto jornalístico em plano de expressão, da história e de fundo é feita para fins metodológicos, “distinguir esses três planos é um procedimento técnico para iniciar o mergulho até a essência do objeto e, a partir dele, retirar deduções sobre a relação comunicativa.” (Motta, 2013: 135). No plano de expressão, o uso de figuras de linguagem como a metáfora “os generais eram leões” e a comparação “como ratos no buraco” imprimem à fala de Malhães o aspecto dramático de mudança dos generais de antigamente, que eram poderosos e valentes, e os de hoje, covardes e medrosos, almejando dessa forma o efeito de legitimidade no seu descaso e desdém. No plano da história, a estratégia argumentativa de Malhães leva o leitor a um mundo interrompido, quando “desfizeram o sistema de informações”, uma forma idealizada que poderia garantir *ad aeternum* o seu posto de *expert* em tortura no “sistema”, o que o faz se sentir “mais ou menos traído”. Ao construir os fios de uma relação entre o Exército e o País, relacionando-os ao passado e ao presente, Malhães mostra como a realidade deveria ser e não o é mais, como os sujeitos deveriam agir a partir do imaginário individual projetado por ele, Malhães, remetendo às imagens de animais como criaturas humanas e imaginadas, explorando o fantástico para causar efeitos de sentido emocionais e justificar sua fala sobre o estado de mudança dos generais de hoje “como ratos no buraco”. A prática cristalizada de tratamentos cruéis, homicídio, mutilação e tortura por indivíduos representantes das Forças Armadas e com o conhecimento da instituição, feita num ambiente histórico dos anos de chumbo, ainda deveria estar em compasso de acordo com a realidade ideológica do coronel Malhães, ao discorrer sobre a técnica de mutilação para desaparecimento de corpos: “É um estudo de anatomia. Todo mundo que mergulha na água, fica na água, quando morre tende a subir. Incha e enche de gás. Então, de qualquer maneira, você tem que abrir a barriga, quer queira, quer não. É o primeiro princípio. Depois, o resto, é mais fácil. Vai inteiro. Eu gosto de decapitar, mas é bandido aqui (Baixada Fluminense)” (O Globo Digital, 2014d). Malhães, que fazia parte do Movimento Anticomunista (MAC), teve rápida ascensão nos quadros de repressão, e após 1964 serviu na Seção (Informações) e no Destacamento de Operações de Informações (DOI) do I Exército (RJ), ingressando depois no CIE

do Exército, quando perseguiu organizações clandestinas no país (O Globo digital, 2014).

Sobre sua carreira militar, ele explica que “o DOI é o primeiro degrau. Ai, você vai caminhando, aprende de outros lugares, também. De outros países, como é feita a coisa. Então, você se torna um outro personagem, um expert em informações.” (O Globo Digital, 2014d). Pelo fio do discurso de Malhões nesta sexta malha discursiva, é possível trazer à superfície do texto uma variedade de encadeamentos de sequências narrativas e entrelaçamento de vozes que tecem o acontecimento jornalístico. Ao fazer suas próprias considerações, o sujeito-personagem Malhões coloca em segundo plano a autoridade dos generais não mais “leões”, rompe com a hierarquia e o monopólio da fala e produz um discurso com efeito de auto empoderamento, proferindo mais bravatas do que confissões quanto a ações praticadas no passado: “você tem que abrir a barriga, quer queira quer não”, e que se desdobram no presente: “Eu gosto de decapitar, mas é bandido aqui”.

5. CONCLUSÃO.

Que memória o brasileiro ainda possui dos tempos da ditadura? Os acontecimentos jornalísticos do tempo presente revelam palavras se esbarrando e se confrontando, de testemunhas ainda vivas, assim como rastros de acontecimentos de um mundo vivido conforme as necessidades e contingências de uma época. Em consequência, a consciência histórica segue em construção, seja pela memória, seja pelo esquecimento. Vale lembrar o sociólogo Maurice Halbwachs, que caracteriza a memória como aquilo que vive na consciência do grupo, para o indivíduo e para a comunidade. Segundo Halbwachs (2006), lembrar um acontecimento ou um saber não é forçosamente mobilizar uma memória social. Há necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade e, sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social. Esse fundo comum é a memória coletiva. Mesmo que o passado vivo desapareça com os membros da comunidade social, poderá sobreviver como "história" e, enquanto história, o acontecimento poderá perdurar e se estender além da comunidade que viveu os acontecimentos. Por conta disso, os enquadramentos do relato jornalístico seguem numa sequência integrada e entrelaçada de fatos narrados, não raro desnovelados pela rememoração do sofrimento, para garantir sua participação ativa na construção de sentidos, ajudar a manter viva a memória coletiva e dotar o ‘homo narrans’ de uma consciência mais coesa ao longo do caminho.

6. REFERÊNCIAS.

Aquino, W. (2014). Os generais eram leões hoje são ratos (Generals used to be lions today they are rats). Revista *Istoé*. Retrieved (June 21, 2014), from the World Wide Web:

<http://www.istoe.com.br/reportagens/354771_os+generais+eram+leoes+hoje+sao+ratos>.

Barthes, R. et al. (2011). Introdução a análise estrutural da narrativa in Barthes(Introduction to the structural analysis of narrative), Barthes, R. et al., *Análise estrutural da narrativa* (7th ed. pp. 19-62). Petrópolis: Vozes.

Carneiro, J. D. (2014). '*Quantos morreram? Tantos quanto foram necessários*', diz coronel sobre ditadura ('How many died? As many as necessary', says colonel about dictatorship). *BBC-Brasil*, retrieved (june 15, 2014), from the World Wide Web:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/03/140326_depoimento_coronel_ditadura_jc.shtml>.

Courtine, J. J. (2006). *Metamorfoses do Discurso Político: derivas da fala pública. (Political Discourse Metamorphosis: drifts of public speech)* São Carlos, SP: Claraluz Editora.

França, V. y Oliveira, L. (2012). *Acontecimento: reverberações (Happening: reverberations)*, (first ed.). Belo Horizonte: Autêntica.

Halbwachs, M., (2006). *A Memória coletiva (The collective memory)*, São Paulo: Centauro.

Istoé (2014). Caseiro muda versão e nega envolvimento em morte de coronel torturador (Farmer changes version and denies being involved in death of colonel). *Istoé*, retrieved (june 15, 2014), from the World Wide Web: <http://www.istoe.com.br/reportagens/361535_caseiro+muda+versao+e+nega+envolvimento+em+morte+de+coronel+torturador>.

Jameson, F. (1992) *O Inconsciente Político –a narrativa como ato socialmente simbólico (The Political Unconscious– narrative as a social symbolic act)*. São Paulo: Editora Ática.

Loyola, L. (2014). *O último segredo do doutor Pablo (The last secret of doctor Pablo)*. Revista *Época Digital*, retrieved (may 31, 2014), from the World

Wide Web: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/05/o-ultimo-segredo-do-bdoutor-pablo.html>>.

Martino, L. C. (2009) *Atualidade Mediática: o conceito e suas dimensões (Mediatic present-day: the concept and its dimensions)*. Versão revisada (novembro de 2012) do trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “Epistemologia da Comunicação”, do XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte-MG.

Motta, L. G.:

* (2005). *Narratologia (Narratology) (ed. 1)*. Brasília: Casa das Musas.

* (2012). Narrativas jornalísticas (Journalistic narratives). In: Pereira, F. H., Moura, D., & Adghirni, Z. L. (eds.) *Jornalismo e Sociedade: teorias e metodologias (Journalism and Society: theories and methodologies)*. (1st ed.) Florianópolis: Insular.

* (2013). *Análise Crítica da Narrativa. (Critical Analysis of Narrative)*. (1st ed.) Brasília: Editora Universidade de Brasília.

O Globo Digital:

* (2014a) Torturador conta rotina da casa da morte em Petrópolis (Torturer reports the house of death routine in the city of Petropolis). Retrieved (june 21, 2014), from the World Wide Web: <<http://oglobo.globo.com/brasil/torturador-conta-rotina-da-casa-da-morte-em-petropolis-5300155>>.

* (2014b). Militar da reserva admite ter montado farsa no caso Rubens Paiva. (Retired Army officer confesses farce in Rubens Paiva case). Retrieved (aug 2, 2014), from the World Wide Web: <<http://oglobo.globo.com/brasil/militar-da-reserva-admite-ter-montado-farsa-no-caso-rubens-paiva-11527324>>.

* (2014c). MP vai denunciar 4 militares pela morte de Rubens Paiva (Prosecuting Counsel will inform against 4 Army officials for Rubens Paiva death), retrieved (aug 2, 2014), from the World Wide Web: <<http://oglobo.globo.com/brasil/mp-vai-denunciar-4-militares-pela-morte-de-rubens-paiva-11891519#ixzz3BoRGZSSU>>.

* (2014d). Vitimas da casa da morte foram jogadas dentro do rio diz coronel. (Victims of the house of death were thrown into the river, says colonel). Retrieved (jul 12, 2014), from the World Wide Web:

<<http://oglobo.globo.com/brasil/vitimas-da-casa-da-morte-foram-jogadas-dentro-de-rio-diz-coronel-11940779>>.

Ricoeur, P. 2007. *A memória, a história, o esquecimento (Memory, history, forgetting)*. (1st ed.) Campinas: Unicamp.

Rodrigues, A. (2014). *A confissão do coronel (The confession of the colonel)*. Revista *Istoé*. Retrieved (june 2, 2014), from the World Wide Web: <http://www.istoe.com.br/reportagens/353583_a+confissao+do+coronel>.